

Município de Sever do Vouga

Anexos às Demonstrações

Financeiras 2013



Índice

1	Introdução.....	1
8	Anexos às demonstrações financeiras (ponto 8 do POCAL)	2
8.1	Caraterização da entidade	2
8.1.1	Identificação.....	2
8.1.2	Legislação.....	2
8.1.3	Estrutura organizacional efetiva	3
8.1.4	Descrição sumária atividades.....	3
8.1.5	Órgão executivo.....	3
8.1.6	Organização contabilística	5
8.1.7	Outra informação relevante.....	5
8.2	Notas ao balanço e à demonstração de resultados.....	6
8.2.1	Disposições do POCAL derogadas.....	6
8.2.2	Contas não comparáveis com exercícios anteriores	6
8.2.3	Cotações para conversão de moeda.....	7
8.2.4	Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa das operações registadas em contas incluídas no balanço e demonstração de resultados originariamente expressas em moeda estrangeira	7
8.2.5	Situações em que o resultado do exercício foi afetado	7
8.2.6	Comentário às contas 431 «Despesas de instalação» e 432 «Despesas de investigação e de desenvolvimento»	7
8.2.7	Movimentos ocorridos no imobilizado.....	8



8.2.8	Informação dos mapas desagregada	9
8.2.9	Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.	9
8.2.10	Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado.	10
8.2.11	Quadro das reavaliações	10
8.2.12	Informação sobre imobilizações:	10
8.2.13	Bens utilizados em regime de locação financeira	10
8.2.14	Bens do imobilizado que não foi possível valorizar	10
8.2.15	Bens de domínio público que não são objeto de amortização	11
8.2.16	Entidades participadas	11
8.2.17	Títulos negociáveis	11
8.2.18	Outras aplicações financeiras	12
8.2.19	Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado	12
8.2.20	Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.	12
8.2.21	Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.	12
8.2.22	Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço	12



8.2.23	Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local.	12
8.2.24	Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem.	12
8.2.25	Discriminação das dívidas incluídas na conta «Estado e outros entes públicos» em situação de mora.	13
8.2.26	Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa.	13
8.2.27	Provisões (desdobramento)	14
8.2.28	Fundo Patrimonial (Classe 5) - Variações	14
8.2.29	Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas 15	
8.2.30	Demonstração da variação da produção.....	15
8.2.31	Demonstração dos resultados financeiros.....	15
8.2.32	Demonstração dos resultados extraordinários	15
8.3	Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução	16
8.3.1	Modificações do orçamento:	16
8.3.2	PPI	16
8.3.3	Contratação administrativa.....	16
8.3.4	Transferências e subsídios:	16
8.3.5	Aplicações em ativos de rendimento fixo e variável:	17
8.3.6	Endividamento:	18



1 Introdução

As notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados visam facultar informação adicional tendo em vista proporcionar um mais claro entendimento da informação financeira expressa naqueles documentos.

As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2013 foram preparadas de acordo com o disposto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2002, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril e Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro. Foi igualmente considerado o disposto na Resolução n.º 4/2001 do Tribunal de Contas, alterada pela Resolução n.º 26/2013.

As Demonstrações Financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com os critérios e princípios contabilísticos geralmente aceites e preconizados no POCAL.

As notas que a seguir se desenvolvem respeitam a sequência definida no ponto 8 do POCAL, servindo, adicionalmente, para explicar ou dar a compreender certos aspetos ou dados que as demonstrações financeiras não conferem ao utilizar destes documentos.



8 Anexos às demonstrações financeiras (ponto 8 do POCAL)

8.1 Caraterização da entidade

A informação de identificação e caracterização do Município de Sever do Vouga, encontra-se evidenciada no mapa síntese que acompanha a prestação de contas ao Tribunal de Contas, conforme consta do disposto na Resolução n.º 4/2001, de 18 de agosto do Tribunal de Contas, alterada pela Resolução n.º 26/2013.

8.1.1 Identificação

Sever do Vouga é uma vila, sede do concelho situado no distrito de Aveiro e na NUT III – Baixo Vouga e NUT II - Centro, com uma população residente de 12.356 pessoas e área de 129,85 km². O concelho é composto por sete freguesias: União de Freguesias de Cedrim e Paradela, União de Freguesias de Silva Escura e Dornelas, e Freguesias de Couto de Esteves, de Pessegueiro do Vouga, de Rocas do Vouga, de Sever do Vouga, e de Talhadas.

O Município de Sever do Vouga é uma pessoa coletiva de direito publico, com o N.I.P.C. 502704977, exercendo as competências conferidas pela lei das autarquias locais, integrando a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

A Camara Municipal é o órgão executivo, reunindo quinzenalmente no Salão Nobre do Edifício dos Paços de Concelho, na segunda e quarta quarta-feira de cada mês, sendo pública a primeira reunião, estando as suas competências e regime jurídico de funcionamento definidos no art.º 23º e seguintes do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Endereço	Contactos	
Largo do Município	Telefone	234 555 566
3740 – 262 Sever do Vouga	Fax	234 552 982
NIPC 502 704 977	Mail	cm.sever@cm-sever.pt

8.1.2 Legislação

- Lei das Autarquias Locais - Lei n.º 169/99, de 18/9 (alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/1)
- Regime Jurídico das Autarquias Locais - Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro



- Lei das Finanças Locais – Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (em vigor até 31/12/2013)
- Regime Financeiro das Autarquias Locais – Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
- POCAL - Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro (mais alterações¹)
- Código de Procedimento Administrativo – Lei nº 6/96
- Lei quadro de transferências de atribuições e competências para as Autarquias – Lei nº 159/99 (em vigor até 29/09/2013)

8.1.3 Estrutura organizacional efetiva

8.1.3.1 Estrutura orgânica:

Aprovação:

- i. Reunião de 09/12/2010 e Sessão de 17/12/2010

Publicação:

- i. Diário da República 2ª Série, n.º 13, de 19/01/2011
- ii. Diário da República 2ª Série, n.º 29, de 10/02/2011

8.1.3.2 Mapa de pessoal

Data de aprovação – Reunião de 28/11/2012 e Sessão de 14/12/2012

8.1.4 Descrição sumária atividades

As atividades são as indicadas no ponto 8.1.5.2, com exceção da água e saneamento básico.

8.1.5 Órgão executivo

8.1.5.1 Membros

Com responsabilidade no período de 01/01/2013 até 19/10/2013.

¹ Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro; Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Fevereiro; Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 4 de Maio; Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro



Nome	Cargo	Regime
Dr. Manuel da Silva Soares	Presidente	T.I.
Dr. António José Martins Coutinho	Vice-Presidente	T.I.
Eng. ^a Maria Elisabete Martins Henriques	Vereadora	T.I.
Raul Alberto da Conceição Duarte	Vereador	T.I.
João Miguel Tavares de Almeida	Vereador	---
Celestino Ferreira da Costa Martins	Vereador	---
Acácio Rodrigues Barbosa	Vereador	---

T.I. – Tempo inteiro; T.P. – Tempo parcial

Com responsabilidade no período de 20/10/2013 até 31/12/2013.

Nome	Cargo	Regime
Dr. António José Martins Coutinho	Presidente	T.I.
Dr. José Manuel Barbosa de Almeida e Costa	Vice-Presidente	T.I.
Eng. ^a Maria Elisabete Martins Henriques	Vereadora	T.I.
Raul Alberto da Conceição Duarte	Vereador	T.I.
Dr. Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira	Vereador	---
Enf. ^a Idalina Pereira Tavares	Vereadora	---
António Rodrigues Ferreira	Vereador	---

T.I. – Tempo inteiro; T.P. – Tempo parcial

Competências e delegação

Art.º 13º Lei n.º 159/99 ²	Competência delegada	Mandato até 19/10/2013	Mandato de 20/10/2013 a 31/12/2013
a) Equipamento rural e urbano	Equipamento urbano	Dr. Coutinho	--
b) Energia	--	--	--
c) Transportes e comunicações	Obras Municipais	Raul Duarte	Raul Duarte
d) Educação	Educação	Dr. Coutinho	Dr. Almeida e Costa
e) Património, cultura e ciência	Cultura	Dr. Coutinho	Dr. Almeida e Costa
f) Tempos livres e desporto	Desporto	Eng. ^a Elisabete	Eng. ^a Elisabete
g) Saúde	--	--	--
h) Ação social	Ação Social	Dr. Coutinho	--
i) Habitação	Bairro Social	Dr. Coutinho	--
j) Proteção civil	Proteção Civil	Raul Duarte	Raul Duarte
l) Ambiente e saneamento básico	Ambiente	Dr. Coutinho	Eng. ^a Elisabete
n) Promoção do desenvolvimento	Área de Acolhim. Empresarial	Eng. ^a Elisabete	Eng. ^a Elisabete
o) Ordenamento do território e urbanismo	Orden. do território	Dr. Coutinho	Eng. ^a Elisabete
	Urbanismo	Eng. ^a Elisabete	Dr. Almeida e Costa
p) Polícia municipal	--	--	--
q) Cooperação externa	--	--	--

² Norma revogada através da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que entrou em vigor em 30/09/2013. g



8.1.6 Organização contabilística

O sistema informático funciona de acordo com as normas definidas no POCAL e o software utilizado nos registos contabilísticos é o da Medidata.

As operações contabilísticas encontram integradas, não havendo descentralização.

8.1.7 Outra informação relevante

8.1.7.1 Ações inspetivas

Data da ação	06-10-2010 a 02-12-2010
Período abrangido	01-01-2009 a 06-10-2010
Entidade	IGAL
N.º Proc.	11700-IO/2010



8.2 Notas ao balanço e à demonstração de resultados

Nos pontos seguintes apresentamos a informação económica do ano de 2013, evidenciada nos documentos principais das demonstrações financeiras – Balanço e Demonstração de Resultados, para uma melhor explicação dos valores discriminados nos documentos principais que refletem o património do Município e as modificações ocorridas durante o ano económico.

Nos registos contabilísticos foram respeitados os princípios contabilísticos legalmente instituídos, os quais permitiram oferecer a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira, dos resultados e da execução orçamental do Município.

Foram, também, respeitados os princípios orçamentais, tanto para a elaboração do orçamento, como nas diferentes modificações processadas no decorrer do ano económico.

Seguidamente, serão apresentadas as “Notas ao Balanço e às Demonstrações de Resultados”, de acordo com o estabelecido no POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e respetivas alterações.

8.2.1 Disposições do POCAL derrogadas

O POCAL obriga à aplicação simultânea e coordenada de três sistemas contabilísticos: Orçamental, Patrimonial e de Custos. A contabilidade de custos encontra-se incipientemente implementada, revelando-se de aplicação difícil devido à escassez de recursos humanos, designadamente com formação em contabilidade.

No entanto, poderemos afirmar que a ausência da contabilidade de custos não teve efeitos no Balanço e na Demonstração de Resultados, pelo que a informação neles expressa, reflete a imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo, dos fundos próprios e dos resultados da autarquia.

Durante o exercício de 2013, foram tomados em consideração todos os princípios contabilísticos, com vista à necessidade das demonstrações financeiras darem uma imagem verdadeira e adequada do ativo, passivo e resultado do exercício desta autarquia.

8.2.2 Contas não comparáveis com exercícios anteriores

Constatamos dificuldades na comparação de alguns dados devido ao efeito provocado pela dissolução da empresa municipal ocorrida no ano de 2012.



8.2.3. – Critérios valorimétricos e métodos de cálculo

Foram adotados os seguintes critérios e métodos indicados no POCAL:

- i. para as Existências, o custo de aquisição;
- ii. para as Imobilizações, o custo de aquisição ou o custo de produção, acrescidos dos respetivos encargos, de acordo com a situação em concreto;
- iii. para as Amortizações, foi seguido o previsto na Portaria n.º 671/2000, que regulamenta o Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

8.2.3 Cotações para conversão de moeda

Situação não constatada.

8.2.4 Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa das operações registadas em contas incluídas no balanço e demonstração de resultados originariamente expressas em moeda estrangeira

Situação não constatada.

8.2.5 Situações em que o resultado do exercício foi afetado

O resultado do exercício foi afetado positivamente com correções efetuadas no exercício e relativas a proveitos de exercícios anteriores, num total de 58.254,95€, onde se destacam, o reembolso de energia elétrica pela ARS (13.073,36€), o reembolso da comparticipação Proder do projeto “Memórias de um povo” e “Um olhar sobre Sever” (18.322,80€), anulação de custos reconhecidos em anos anteriores e relacionados com subsídios (9.464,44€).

A falta de tratamento da informação financeira relacionada com as obras em curso, torna-se num aspeto restritivo quanto ao resultado apresentado, uma vez que afetaria negativamente o resultado através das amortizações do exercício.

8.2.6 Comentário às contas 431 «Despesas de instalação» e 432 «Despesas de investigação e de desenvolvimento»

Situação não constatada.



8.2.7 Movimentos ocorridos no imobilizado

Encontram-se evidenciados nos mapas seguintes:

Ativo Bruto	Saldo Inicial	Reavaliações / Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
De bens de domínio público						
Terrenos e recursos naturais	19.376.456,09	0,00	107.936,15	0,00	143.679,84	19.340.712,40
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infraestruturas	21.021.297,98	0,00	560.945,25	0,00	2.253.738,57	19.328.504,66
Bens património histórico, artístico e cultural	56.250,22	0,00	0,00	0,00	0,00	56.250,22
Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	4.923.125,15	0,00	818.707,54	0,00	532.480,11	5.209.352,58
Ad. por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	45.377.129,44	0,00	1.487.588,94	0,00	2.929.898,52	43.934.819,86
De imobilizações incorpóreas						
Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos	45.825,64	0,00	0,00	0,00	0,00	45.825,64
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ad. por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	45.825,64	0,00	0,00	0,00	0,00	45.825,64
De imobilizações corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	2.426.346,01	0,00	0,00	0,00	0,00	2.426.346,01
Edifícios e outras construções	14.411.179,45	0,00	633.881,29	0,00	0,00	15.045.060,74
Equipamento básico	1.766.691,22	0,00	125.037,38	0,00	10.418,56	1.881.310,04
Equipamento de transporte	1.511.488,88	0,00	6.531,40	0,00	0,00	1.518.020,28
Ferramentas e utensílios	89.412,39	0,00	4.043,58	0,00	892,22	92.563,75
Equipamento administrativo	947.296,82	0,00	15.592,79	0,00	27.949,25	934.940,36
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	1.327.078,49	0,00	50.202,38	4.961,00	450,41	1.371.869,46
Imobilizações em curso	4.538.211,74	0,00	1.076.444,18	0,00	653.307,18	4.961.348,74
Ad. por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	27.017.705,00	0,00	1.911.733,00	4.961,00	693.017,62	28.231.459,38
De investimentos financeiros						
Partes capital	45.375,01	0,00	0,00	0,00	0,00	45.375,01
Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inv. Imóveis - Terrenos e recursos naturais	275.805,31	0,00	0,00	0,00	0,00	275.805,31
Inv. Imóveis - Edifícios e outras construções	1.043.797,79	0,00	0,00	0,00	0,00	1.043.797,79
Outras aplicações financeiras	560,00	0,00	0,00	0,00	0,00	560,00
Imobilizações em curso	7.341.102,87	0,00	0,00	0,00	0,00	7.341.102,87
Ad. Por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	8.706.640,98	0,00	0,00	0,00	0,00	8.706.640,98
Totais	81.147.301,06	0,00	3.399.321,94	4.961,00	3.622.916,14	80.918.745,86



Amortizações	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infraestruturas	7.134.324,33	900.344,42	1.069.962,73	6.964.706,02
Bens património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	7.134.324,33	900.344,42	1.069.962,73	6.964.706,02
De imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos	2.895,48	965,16	0,00	3.860,64
Subtotal	2.895,48	965,16	0,00	3.860,64
De imobilizações corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	3.560.431,36	296.942,96	0,00	3.857.374,32
Equipamento básico	1.510.569,63	68.966,78	10.418,56	1.569.117,85
Equipamento de transporte	1.227.141,31	37.440,85	0,00	1.264.582,16
Ferramentas e utensílios	81.556,01	3.789,40	892,22	84.453,19
Equipamento administrativo	840.807,31	47.245,57	27.850,19	860.202,69
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	846.848,50	92.776,90	4.107,91	935.517,49
Subtotal	8.067.354,12	547.162,46	43.268,88	8.571.247,70
De investimentos financeiros				
Partes de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
Inv. Imóveis - Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Inv. Imóveis - Edifícios e outras construções	411.936,09	21.170,28	0,00	433.106,37
Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	411.936,09	21.170,28	0,00	433.106,37
Totais	15.616.510,02	1.469.642,32	1.113.231,61	15.972.920,73

8.2.8 Informação dos mapas desagregada

A desagregação de cada uma das rubricas constantes dos mapas atrás apresentados e a respetiva informação encontra-se evidenciada no mapa síntese dos bens inventariados que juntar-se-á às demonstrações financeiras desta prestação de contas.

8.2.9 Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Situação não constatada.



8.2.10 Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado.

Situação não constatada.

8.2.11 Quadro das reavaliações

Situação não constatada.

8.2.12 Informação sobre imobilizações:

8.2.12.1 Imobilizações em poder de terceiros

Encontra-se transferida a administração de bens às seguintes entidades:

- i. EDP – Rede de iluminação pública
- ii. ADRA – Reservatórios e rede de distribuição de água e de saneamento
- iii. PARQUE ESCOLAR – Terreno onde foi construído o Pavilhão gimnodesportivo.

8.2.12.2 Imobilizações implantadas em propriedade alheia

Situação não constatada.

8.2.12.3 Imobilizações reversíveis

Situação não constatada.

8.2.12.4 Discriminação dos custos financeiros nelas capitalizados

Situação não constatada.

8.2.13 Bens utilizados em regime de locação financeira

Situação não constatada.

8.2.14 Bens do imobilizado que não foi possível valorizar

Como já foi referido, não foi possível ainda avaliar e inventariar todos os bens que integram o domínio público municipal e alguns bens imóveis do domínio privado.



Atendendo ao numero reduzido de colaboradores, para melhorar a informação relacionada com o património, a solução poderá passar pela contratação de serviço de consultadoria.

No entanto, podemos recorrer a outras soluções, caso surja essa oportunidade, através do recrutamento de pessoas desempregadas ou à procura do seu primeiro emprego – estágios profissionais.

No que se refere aos bens móveis presumimos ser necessário implementar o seu controlo, julgando estarem registados todos os bens da autarquia.

Quanto aos imóveis, foi inventariada a maior parte, estando a proceder-se gradualmente ao registo na Conservatória do Registo Predial, bem como, estamos a realizar levantamentos topográficos desses bens.

Consideramos que falta realizar um levantamento, inventariação e avaliação dos bens do domínio público.

8.2.15 Bens de domínio público que não são objeto de amortização

Falta realizar o trabalho referido no ponto anterior, designadamente o levantamento de todos os bens de domínio público pertencentes à autarquia.

8.2.16 Entidades participadas

Partes de Capital	Sede	NIPC	Capital	Valor	Quantidade	% Participação	Resultado do Exercício
ERSUC - Empresa de Resíduos Sólidos Urbanos de Coimbra, S.A.	Coimbra	503004405	4.075.000,00	25.540,00	5108	0,63%	1.201.309,00
WRC - WEB para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.	Curia	506053628	1.375.750,00	2.500,00	500	0,18%	1.037,04
Associação Beira Atlântico Parque	Cantanhede	504843354		5.000,00			140.195,38
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.	Oeiras	504475606	3.236.678,67	4.985,01	1000	0,15%	-1.259.226,99
ADRA - Águas da Região de Aveiro, SA	Aveiro	509107630	15.000.000,00	7.350,00	7500	0,05%	1.517.766,23
Totais				45.375,01			

Estão-se a envidar esforços no sentido de serem vendidas participações nalgumas destas entidades - WRC e Município.

8.2.17 Títulos negociáveis

Situação não constatada.



8.2.18 Outras aplicações financeiras

Situação não constatada.

8.2.19 Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

Situação não constatada.

8.2.20 Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.

Situação não constatada.

8.2.21 Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Situação não constatada.

8.2.22 Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

Situação não constatada.

8.2.23 Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local.

Situação não constatada.

8.2.24 Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem.

Situação não constatada.



8.2.25 Discriminação das dívidas incluídas na conta «Estado e outros entes públicos» em situação de mora.

Situação não constatada.

8.2.26 Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e caucões prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa.

Contas de Ordem	Saldo Inicial	Movimento Anual		Saldo Final
		Débitos	Créditos	
Garantias e Cauções	364.843,77	30.312,88	227.505,35	562.036,24
Caução de Empreitada	348.155,51	30.312,88	227.354,05	545.196,68
Construtora da Corga, S.A.	7.406,79	0,00	0,00	7.406,79
Aso-Construções, Lda	56.970,80	0,00	51.171,55	108.142,35
Construtora Paulista, Lda	25.510,35	7.650,31	9.306,16	27.166,20
Coutinho & Coutinho, Lda	1.362,87	0,00	0,00	1.362,87
Snsv - Soc. Nacional de Sinal. Vertical, Lda	1.794,00	0,00	0,00	1.794,00
Construções Modesto & Matos, S.A.	9.829,38	0,00	0,00	9.829,38
Manuel da Silva, Lda	3.332,36	0,00	0,00	3.332,36
Afonso Malheiros, Lda	502,20	301,32	0,00	200,88
Fernando L. Gaspar-Sinalização e Equipamentos Rodoviários S.A.	4.910,05	0,00	0,00	4.910,05
Construções Carlos Pinho, Lda	3.511,41	0,00	27.532,84	31.044,25
Encobarra - Engenharia e Construções, S.A.	48.992,75	0,00	0,00	48.992,75
Paviazeméis - Pavimentações de Azeméis, Lda	148.895,76	10.983,07	20.285,75	158.198,44
Sergifer, Lda	563,46	0,00	0,00	563,46
Silva Brandão & Filhos, Lda	5.313,70	5.313,70	0,00	0,00
Imoserra - Investimentos Imobiliários, Lda	394,44	0,00	0,00	394,44
Construções Sousa & Matos, Lda	559,39	0,00	0,00	559,39
Vida Pereira & Gomes, Lda	7.509,00	0,00	0,00	7.509,00
Pedro Cruz, Empreiteiros, S.A.	8.730,00	2.619,00	2.054,35	8.165,35
Eri-Engenharia, S.A.	8.584,02	0,00	1.621,97	10.205,99
Eon Industrias Criativas, Lda	1.848,68	0,00	3.394,72	5.243,40
Naturbarroso, Lda	1.634,10	3.445,48	1.811,38	0,00
Diadema Construções, Lda	0,00	0,00	1.776,54	1.776,54
Narciso de Carvalho & Silva, Lda	0,00	0,00	1.450,00	1.450,00
Ferreira - Construções, SA	0,00	0,00	106.948,79	106.948,79
Caução/Garantia Fornecedor Corrente	7.290,00	0,00	0,00	7.290,00
Fernando Ribeiro dos Santos	2.180,00	0,00	0,00	2.180,00
Carlos Manuel Cabral Fidalgo	5.110,00	0,00	0,00	5.110,00
Caução para Licenciamento Sanitário	1.524,13	0,00	0,00	1.524,13
Caução de Água	7.124,61	0,00	0,00	7.124,61
Caução de Habitação	199,52	0,00	0,00	199,52
Caução de Arrendamento	550,00	0,00	151,30	701,30
Graciela Denise Vasconcelos Oliveira	0,00	0,00	151,30	151,30
Sofia Margarida Alves Fernandes	300,00	0,00	0,00	300,00
Paulo Jorge de Almeida e Silva	250,00	0,00	0,00	250,00
Recibos para Cobrança	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	364.843,77	30.312,88	227.505,35	562.036,24

**8.2.27 Provisões (desdobramento)**

No ponto 2.71 do POCAL, encontram-se indicadas as regras quanto à constituição de provisões. Este ano, constituímos um reforço na provisão no valor de 17.113,56€.

Conta Geral	Provisões	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
29.1.1	Provisões para cobrança duvidosa - Clientes c/c	24.163,29	3.873,74	0,00	28.037,03
29.1.2	Provisões para cobrança duvidosa - Contribuintes	11.209,15	0,00	837,51	10.371,64
29.1.3	Provisões para cobrança duvidosa - Utentes	65.863,85	7.063,19	0,00	72.927,04
29.1.8	Provisões para cobrança duvidosa - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
29.2	Provisões para riscos e encargos	0,00	0,00	0,00	0,00
39.2	Provisões para depreciação de mercadorias	0,00	7.014,14	0,00	7.014,14
49	Provisões para investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais		101.236,29	17.951,07	837,51	118.349,85

8.2.28 Fundo Patrimonial (Classe 5) - Variações

Conta Geral	Descrição	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51	Património	21.783.209,23	0,00	0,00	21.783.209,23
57.1	Reservas Legais	919.742,40	98.300,64	0,00	1.018.043,04
59	Resultados Transitados	19.636.878,10	4.361.217,66	3.379.439,44	20.618.656,32
88	Resultado Líquido do Exercício	1.966.012,78	2.280.887,90	1.966.012,78	2.280.887,90
Totais		44.305.842,51	6.740.406,20	5.345.452,22	45.700.796,49

Existiram movimentos na conta 59 – Resultados Transitados, que originaram correções ao valor do fundo patrimonial, conforme evidenciamos nos pontos seguintes.

i. Abates realizados no património (correções negativas)

N.º Inventário	Conta Geral	Descrição	Anulação	Valor Total	Amortizações	Valor Líquido
7446	45.3	Rede viária - beneficiação e conservação da rede actual	5 - A	1.084.977,53	596.323,55	488.653,98
8262	45.3	Rede viária - beneficiação e conservação da rede actual - 2003	5 - A	211.797,08	106.781,03	105.016,05
9132	45.3	Rede viária - beneficiação e conservação da rede actual - 2004	5 - A	257.971,16	117.161,92	140.809,24
10657	45.3	Rede viária - beneficiação e conservação da rede actual - 2005	5 - A	305.436,30	123.447,17	181.989,13
11476	45.3	Rede viária - beneficiação e conservação da rede actual - 2006	5 - A	130.845,32	46.341,07	84.504,25
12197	45.3	Rede viária - beneficiação e conservação da rede actual - 2007	5 - A	262.711,18	79.907,99	182.803,19
Totais						1.183.775,84

- ii. Regularização de valores em saldo na conta 26.8.9.1.2, que geraram movimentos negativos no valor de 243.602,47€.
- iii. Regularizações na conta de proveitos diferidos e na conta de outros devedores (Dívidas à Vougapark, não reconhecidas inicialmente), que originaram movimentos positivos na conta 59, no valor de 681.826,68€.

**8.2.29 Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas**

Custo da Mercadoria Vendida e da Matéria Consumida	Mercadorias - Livros e Revistas	Mercadorias - Outras	Matérias Primas, Subs. e de Consumo
Existências Iniciais	44.859,75	30.897,58	1.648,27
Compras	0,00	8.123,28	3.688,18
Regularização	264,86	0,00	0,00
Existências Finais	44.026,96	39.020,86	1.845,50
Custos do Exercício (CMVMC)	1.097,65	0,00	3.490,95

8.2.30 Demonstração da variação da produção

Situação não constatada.

8.2.31 Demonstração dos resultados financeiros

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1		N	N - 1
681 - JUROS SUPOSTOS	97.520,17	45.338,90	781 - JUROS OBTIDOS	642,26	1.188,47
682 - PERDAS EM ENTIDADES PARTICIPADAS			782 - GANHOS EM ENTIDADES PARTICIPADAS		
683 - AMORTIZAÇÕES DE INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	21.170,28	21.170,28	783 - RENDIMENTOS DE IMÓVEIS	27.419,95	23.642,61
684 - PROVISÕES PARA PLICAÇÕES FINANCEIRAS			784 - RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL	3.095,64	2.057,77
685 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO DESFAVORÁVEIS			785 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO FAVORÁVEIS		
687 - PERDAS NA ALIENAÇÃO DE APLICAÇÕES DE TESOURARIA			786 - DESC. DE PTO. PAGAMENTO OBTIDOS		
688 - OUTROS CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	3.901,67	3.678,69	787 - GANHOS NA ALIEN. APLIC. TESOURARIA		
RESULTADOS FINANCEIROS	246.305,70	288.613,86	788 - OUTROS PROV. E GANHOS FINANCEIROS	337.739,97	331.912,88
Total	368.897,82	358.801,73	Total	368.897,82	358.801,73

8.2.32 Demonstração dos resultados extraordinários

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1		N	N - 1
691 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL CONCEDIDAS	164.591,57	165.858,83	791 - RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS		
692 - DÍVIDAS INCOBRÁVEIS			792 - RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS		
693 - PERDAS EM EXISTÊNCIAS			793 - GANHOS EM EXISTÊNCIA	264,86	
694 - PERDAS EM IMOBILIZAÇÕES	1.843,58	145.657,01	794 - GANHOS IMOBILIZAÇÕES	27.245,00	49.671,44
695 - MULTAS E PENALIDADES			795 - BENEFÍCIOS PENAL. CONTRATUAIS	7.910,43	2.236,94
696 - AUMENTOS AMORTIZ. PROVISÕES			796 - REDUÇÕES AMORT. PROVISÕES	837,51	
697 - CORREÇÕES REL. EXERC. ANTERIORES	9.953,48	31.558,08	797 - CORREÇÕES RELAT. EXERC. ANTERIORES	58.254,95	8.287,46
698 - OUTROS CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	9.830,76	1.517.128,93	798 - OUTROS PROV. GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	826.876,01	2.325.242,29
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	735.169,37	525.235,28	Total	921.388,76	2.385.438,13
Total	921.388,76	2.385.438,13			



8.3 Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

8.3.1 Modificações do orçamento:

8.3.1.1 Receita

Foram realizadas uma Modificação e três Revisões Orçamentais.

Previsões iniciais	Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações	Previsões corrigidas
9.400.000€	3.453.079,61€	1.040.000€	11.813.079,61€

8.3.1.2 Despesa

Foram realizadas nove Modificações e três Revisões Orçamentais.

Previsões iniciais	Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações	Previsões corrigidas
9.400.000€	4.062.353,52€	1.649.273,91€	11.813.079,61€

8.3.2 PPI

Foram realizadas nove Modificações e três Revisões Orçamentais.

Previsões iniciais	Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações	Previsões corrigidas
3.910.000 €	2.103.278,87 €		6.013.278,87 €

8.3.3 Contratação administrativa

Mapa apresentado em separado e apenso às demonstrações financeiras.

8.3.4 Transferências e subsídios:

8.3.4.1 Transferências correntes – Despesa

Valor global = 917.358,18€

Mapa apresentado em separado e apenso às demonstrações financeiras.

8.3.4.2 Transferências capital – Despesa

Valor global = 149.091,57€

Mapa apresentado em separado e apenso às demonstrações financeiras.



8.3.4.3 Subsídios concedidos

Situação não constatada.

8.3.4.4 Transferências correntes – Receita

Valor global = 4.545.728,93€

Mapa apresentado em separado e apenso às demonstrações financeiras.

8.3.4.5 Transferências capital - Receita

Valor global = 2.358.650,14€

Mapa apresentado em separado e apenso às demonstrações financeiras.

8.3.4.6 Subsídios obtidos

Situação não constatada.

8.3.5 Aplicações em ativos de rendimento fixo e variável:

8.3.5.1 Ativos de rendimento fixo

Programa Finicia

Nome	Saldo Inicial	Entregas	Saldo Final
Ana Paula Martins da Costa	7.499,84 €	1.650,00 €	5.849,84 €
Audioglobo	5.100,00 €	1.650,00 €	3.450,00 €
Sociedade Diverescusa	1.381,26 €	490,16 €	891,10 €
Ledout - Comunicação em Outdoors Digitais, Lda	9.000,00 €	562,50 €	8.437,50 €
Turnauga	828,90 €	760,02 €	68,88 €
Totais	23.810,00 €	5.112,68 €	18.697,32 €

8.3.5.2 Ativos de rendimento variável

Situação não constatada.



8.3.6 Endividamento:

Informação exarada no Relatório de Gestão.

8.3.6.1 Empréstimos

Mapa apresentado em separado e apenso às demonstrações financeiras.

Nos empréstimos n.º 9015005495491, no valor de um milhão de euros contratado, e no n.º 9015006771191, no valor de 2,5 milhões de euros contratado, realizados pela anterior empresa municipal e contraídos na CGD, informa-se que existe uma garantia real de hipoteca até aos montantes indicados, sobre os prédios registados na Conservatória do Registo Predial sob os números 11, 14, 23, 562 e 1324.

8.3.6.2 Outras dívidas a terceiros

Mapa apresentado em separado e apenso às demonstrações financeiras.